

**POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

FONTE : F&P

CLASS. : 22

DATA : 03 01 90

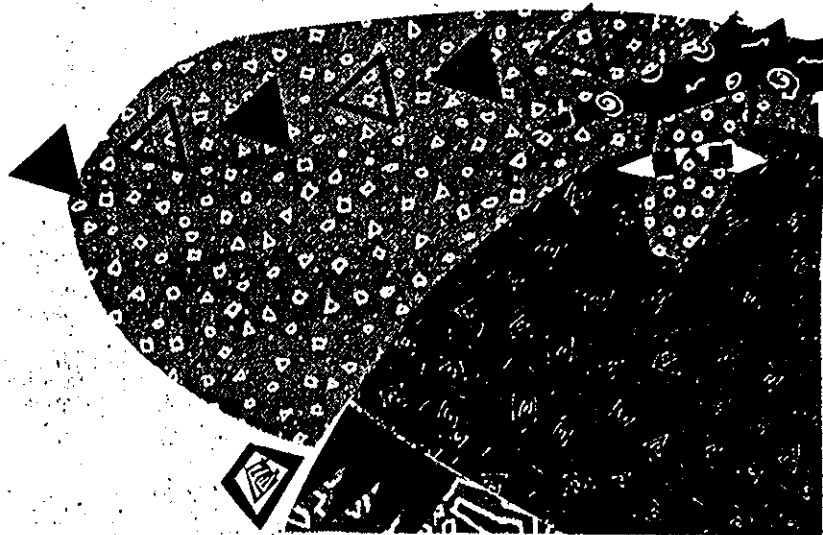
PG. : C-5

**S.O.S. Garimpo**

DEUSIMAR ROLIM

A questão ecológica se ideologizou. Virou moda, coqueluche, matéria obrigatória do discurso político e dos noticiários. Tema de política internacional e fator, ao que parece, condicionante da negociação da dívida externa dos países subdesenvolvidos. A discussão ecológico-indígena perdeu assim a sua racionalidade, descambando para um indisfarçável maniqueísmo: madeireiros, garimpeiros e mineradores deverão ser queimados no fogo do inferno e, do outro lado, o meio ambiente é agora intocável, o índio é ainda o "bom selvagem" de Rousseau e o planeta será torrado em brasas, com a perda da camada de ozônio, que protege a terra dos raios solares...

Ignora-se, nesse debate, que os garimpos empregam diretamente cerca de um milhão e cem mil trabalhadores, dos quais dependem, numa avaliação pessimista, outros quatro milhões de pessoas. Estes trabalhadores ignorados produziram 110 toneladas de ouro em 1988 e cem toneladas em 1989, alimentando 40 indústrias de máquinas e equipamentos, que ofertam algo em torno de 30 mil empregos diretos; 1.200 empresas revendedoras de máquinas e equipamentos, que oferecem trabalho a outros 50 mil brasileiros. Ainda ao redor do "barranco", mourejam inúmeras empresas de transporte (fluvial, aéreo e terrestre), com a maior revenda de combustível do país (22% a mais que o setor agrícola); empresas de gêneros alimentícios etc —fazendo da região amazônica, onde se situa grande parte dos garim-



pos, o maior importador de bens da região Sul-Sudeste.

No entanto, para um setor que produz, na pior das hipóteses, US\$ 1,5 bilhão anuais e emprega mais de 1 milhão e 500 mil trabalhadores, não existe uma política governamental consistente e definida, nem estímulos ou recursos que o ordenassem racionalmente. Historicamente (e agora histericamente), trata-se dos garimpos e garimpeiros como criminosos ou como "problema que não existe" —senão, como atividade marginal e desprezível. A dimensão econômica dos setores agregados aos garimpos e o seu papel de solução imediata para o desemprego de significativa parcela da mão-de-obra desqualificada, exigem uma política minerária clara, responsável e consequente —uma política que comece por reconhecer a existência, inevitabilidade e historicidade do

garimpo, proponha soluções compatíveis com a sua grandeza e sobrevivência e ainda com a defesa do índio e do meio ambiente. O que não parece inteligente é continuar-se a encarar o garimpo com o simplismo das soluções policiais e passionais, como se a economia e a segurança pública pudessem suportar a invasão repentina do mercado de trabalho e das periferias urbanas por 1 milhão e 500 mil pés-descalços... se é que eles não trariam consigo os quatro milhões de dependentes!

É preciso, urgentemente, racionalizar a discussão. Os equipamentos e as técnicas não-poluíntes e os mecanismos legais de proteção aos povos indígenas já existem. Falta, apenas, competência e seriedade no encaminhamento das soluções exigidas.

DEUSIMAR ROLIM, procurador da República em Goiás, foi coordenador de defesa dos Direitos Humanos da Procuradoria da República, de 1985 a 1989.